

DESPACHO

Presidente: _____

Em ____ **de** _____ **de 2010**

REQUERIMENTO N.º: /2010

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO AO PREFEITO SOBRE
O PRONASCI**

CONSIDERANDO que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) é desenvolvido pelo Ministério da Justiça que visa o enfrentamento da criminalidade no país, através de ações sociais;

CONSIDERANDO que a prioridade do aludido programa é a prevenção, buscando atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública;

CONSIDERANDO que dentre os principais eixos do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública, reestruturação do sistema penitenciário, combate a corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção de violência;

CONSIDERANDO que o público alvo do projeto, além dos profissionais de segurança, estão os jovens entre 15 a 24 anos a beira da criminalidade, que encontra ou estiveram em conflito com a lei, presos ou egressos do sistema prisional; e ainda reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar;

CONSIDERANDO que, para garantir a realização das ações no país serão celebrados convênios, contratos, acordos e consórcios com os estados, municípios, organizações não-governamentais e organismos internacionais, que serão executados por meio de mobilizações policiais e comunitárias. A articulação de representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança, tanto civil e militar, corpo de bombeiros, guarda municipal, secretaria de segurança pública – será realizada pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipais (GGIM).

CONSIDERANDO que o Pronasci é composto por 94 ações que envolvem a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e a própria Comunidade; Vale lembrar alguns destaques como: o Bolsa Formação; Formação Policial, Mulheres da Paz, Proteção, Sistema Prisional, Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública, dentre outros desenvolvidos pelos ministérios e secretarias, como melhoria de infra-estrutura nas comunidades, modernização do sistema de segurança pública e valorização de seus profissionais e reestruturação do sistema prisional, ressocialização de jovens com penas restritivas de liberdade e egressos do sistema prisional, inclusão do jovem em situação infracional ou criminal nas políticas sociais do governo, enfrentamento à

corrupção policial e ao crime organizado, promoção dos direitos humanos, considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, de orientação sexual e diversidade cultural e recuperação de espaços públicos degradados por meio de medidas de urbanização.

CONSIDERANDO que para realização do programa, o Governo Federal investirá 6,707 bilhões até o fim de 2012;

CONSIDERANDO que, em abril de 2009, o município de Sorocaba assinou o Termo de Cooperação Federativa, junto ao Ministério da Justiça, promovendo adesão ao Programa, ficando pendente a criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), qual foi criada pela Lei nº 9030/2009. Através do convênio assinado em 31 de dezembro de 2009, o Ministério da Justiça ficou de repassar mais de 886 mil reais à Prefeitura para implantação citado Gabinete;

CONSIDERANDO que segundo a Lei nº 9030/2009, artigo 3º, o GGIM contaria com algumas das seguintes estruturas: Observatório de Segurança Pública, ao qual caberá organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas de informações, bem como monitorar a efetividade das ações de segurança pública no Município; Estrutura de Formação, organizada através de telecentros que serão implantados ou desenvolvidos com apoio do Ministério da Justiça; Sistema de Vídeo-Monitoramento, implementado ou desenvolvido com o apoio do Ministério da Justiça, isto posto, é que:

Requeiro a mesa, ouvindo o plenário, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Doutor Vitor Lippi, solicitando as seguintes informações:

1. Enviar cópia do contrato Celebrado entre o Município e o Programa;
2. Sorocaba recebeu os valores especificados nos parágrafo anteriores para implantação do GGIM? Caso positivo, quando? Caso negativo por quê? Enviar cópia comprobatória;
3. Quando foi implantado de fato o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Sorocaba?
4. Conforme o artigo 2º da Lei nº 9030, de 22 de dezembro de 2009. Informar quais são os membros do GGIM;
5. Em relação à implantação do GGIM:
 - a) Qual o trabalho do Observatório de Segurança Pública? Enviar cópia dos estudos e das análises científicas realizadas até o momento;
 - b) Como funciona a Sala de Situação e Operação? E quais foram os planejamentos e as ações imediatas tomadas pelos agentes de segurança pública no controle da criminalidade e das situações de risco?
 - c) Informar os dados detalhadamente e comprovadamente as ações que o GGMI,

realizaram durante este ano, através da central de monitoramento, tele-atendimento e sala de intervenção de crises;

d) Onde está localizada a central de monitoramento?

e) De que forma são realizados os monitoramentos? Tele-atendimentos e as intervenções em crises?

f) Informar detalhadamente a estrutura de formação e qualificação, voltada a gestão de comunicação, formação e da mobilização, para suporte da educação e valorização profissional dos operadores da segurança pública; Comprovar dados

g) Em relação ao “Espaço Multidisciplinar de Prevenção”. Onde este localizado? Quais as orientações abordadas;

6 - Quais os projetos que Sorocaba implantou através do convênio? Enviar cópia comprobatória;

7 - Quais os projetos em andamento? Informar detalhadamente, em que fase está o procedimento para implantação, enviando cópia da documentação;

8 - Outras informações eventualmente julgadas pertinentes e relevantes pelo Poder Executivo.

S/S. 10 de novembro de 2010.

FRANCISCO FRANÇA DA SILVA
Vereador